



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 13603.902775/2010-54
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° 1001-001.260 – Turma Extraordinária / 1ª Turma
Sessão de 9 de maio de 2019
Matéria DCOMP
Recorrente REAL GUINDASTES E EQUIPAMENTOS LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2004

DIREITO CREDITÓRIO.

Incumbe ao interessado a demonstração, com documentação comprobatória, da existência do crédito, líquido e certo, que alega possuir junto à Fazenda Nacional (art. 170 do Código Tributário Nacional).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(assinado digitalmente)

Sérgio Abelson - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros: Sérgio Abelson (Presidente), José Roberto Adelino da Silva e Andréa Machado Millan.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário contra o acórdão de primeira instância (folhas 199/207) que julgou procedente em parte a manifestação de inconformidade apresentada contra o despacho decisório à folha 175, que homologou parcialmente a compensação declarada na DCOMP nº 15420.19342.231107.1.7.02-2300, de crédito correspondente a saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2004, pleiteado no valor total de R\$ 30.808,17 e reconhecido no valor de R\$ 21.597,05, em virtude do acatamento proporcional de retenções de IRPJ constantes de retenções de código 6190 - Serviços - Retenção em Pagamento por Órgão Público, informadas na mencionada DCOMP.

No acórdão *a quo* foi reconhecido direito creditório suplementar no valor de R\$ 2.418,71, correspondente a retenções confirmadas em DIRF e pagamentos em DARF devidamente alocados aos débitos de IRPJ de 2004 que não haviam sido informados na DCOMP.

Ciência do acórdão DRJ em 09/11/2012 (folha 210). Recurso voluntário apresentado em 26/11/2012 (folha 212).

A recorrente, às folhas 212/217, alega, em síntese:

I - Que houve ofensa ao princípio do Devido Processo Legal (artigo 5º, inciso LIV, CF/88), pois o inciso III do artigo 3º da Lei 9.784/99 garante ao administrado o direito de se manifestar antes de decisões finais da Administração Pública, e o art. 69 da mesma lei, que determina que os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos da lei, faz alusão a lei e não a decreto, como o 70.235/72;

II - Que o julgador *a quo* entendeu incorretamente que as retenções sofridas e utilizadas na compensação em questão corresponderiam ao total retido pelo código 6190, englobando IRPJ, CSSL, PIS e COFINS, e que a retenção de IR na fonte no valor de R\$ 23.910,57 está devidamente comprovada pelas folhas do Livro Razão e pelas notas fiscais com demonstrativo no verso que anexa às folhas 222/388;

III - Que alegar que somente o comprovante de rendimentos pagos confirma a retenção não se sustenta, uma vez que vai contra o próprio princípio da verdade material.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Sérgio Abelson, Relator

O recurso voluntário é tempestivo, portanto dele conheço.

Quanto à alegação de ofensa ao princípio do Devido Processo Legal pelo fato do art. 69 da Lei 9.784/99 fazer alusão a lei e não a decreto, cabe informar à contribuinte a existência do instituto da recepção constitucional, pacífico na doutrina e na jurisprudência pátrias, no qual diplomas normativos anteriores à constituição que tratam de matérias regulamentadas na Carta Magna mantêm sua vigência sob o novo *status* por ela instituído.

Recepção é o instituto pelo qual a nova Constituição, independente de qualquer previsão expressa, recebe norma infraconstitucional pertencente ao ordenamento anterior, com ela compatível, dando-lhe, a partir daquele instante, nova eficácia.

O Decreto 70.235/72, que legisla sobre direito processual (no caso, o processo administrativo fiscal), é anterior à Constituição Federal de 1988, a qual determina, em seu art. 22, inciso I, que compete privativamente a União legislar sobre direito processual; ou seja, que todo o direito processual deve ser regido por lei ordinária.

Desta forma, o Decreto 70.235/72 mantém sua vigência após a Constituição de 1988 sob o novo *status* por ela instituído, o de lei ordinária. Em outras palavras, o referido decreto é recepcionado pela referida Carta com *status* ou equivalendo a lei ordinária.

Correto, portanto, considerar que em obediência ao art. 69 da Lei 9.784/99, "*os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.*", a lei aplicável aos processos administrativos fiscais é o Decreto 70.235/72, restando aos dispositivos da Lei 9.784/99 apenas aplicação subsidiária.

Quanto à pretensão da contribuinte de ver reconhecidas retenções não constantes de DIRF ou não comprovadas mediante informe de rendimentos emitidos pelas fontes pagadoras, cabe reproduzir e adotar como razões de decidir os dizeres constantes do acórdão recorrido:

Por força do art. 170 do CTN, é condição indispensável para a homologação da compensação pretendida, que o crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública seja líquido e certo (art. 170 do CTN). Em um processo de restituição, ressarcimento ou compensação, é o contribuinte que toma a iniciativa de viabilizar seu direito ao aproveitamento do crédito, quer por pedido de restituição ou ressarcimento, quer por compensação, em ambos os casos mediante a apresentação do PER/DCOMP, de tal sorte que incumbirá a ele – o contribuinte – demonstrar seu direito. Levando-se em conta que o crédito oferecido à compensação deve ser líquido e certo, conclui-se que é lícito à RFB indeferir o pedido ou não homologar a compensação, quando não houver certeza e liquidez. (...).

A motivação do despacho decisório é a inexistência de parte das retenções de IRPJ informadas em PER/DCOMP. No documento intitulado "Despacho Decisório Análise de Crédito", justifica-se a não confirmação de parte das retenções com os

dizeres: “Informação do PER/DCOMP excede o valor da retenção proporcional Comprovação Parcial” (fl. 176).

A motivação do despacho se confirma. Os dados informados no PER/DCOMP e nas DIRF apresentadas pelas fontes pagadoras são abaixo agrupados:

PER/DCOMP (fl. 182)			DIRF (fl. 187)	
CNPJ da Fonte Pagadora	Código de Receita	IRRF	Total Retido (9,45%)	IRRF (4,8%)
33.000.167/0001-01	6190	30.624,68	30.624,68	15.555,39
SOMA		30.624,68	30.624,68	15.555,39

Como se pode ver, o contribuinte pretende que toda a retenção de código 6190, no valor de R\$ 30.624,68, componha o saldo negativo de IRPJ. Ocorre que só parte desse valor constitui retenção de IRRF. As retenções de código de receita n.º 6190 compreendem parcelas de IRRF, PIS, COFINS e CSLL. O art. 64 da Lei n.º 9.430. 1996. disciplina a matéria nos seguintes termos:

Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

§ 2º O valor retido, correspondente a cada tributo ou contribuição, será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.

§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.

§ 4º O valor retido correspondente ao imposto de renda e a cada contribuição social somente poderá ser compensado com o que for devido em relação à mesma espécie de imposto ou contribuição.

§ 5º O imposto de renda a ser retido será determinado mediante a aplicação da alíquota de quinze por cento sobre o resultado da multiplicação do valor a ser pago pelo percentual de que trata o art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, aplicável à espécie de receita correspondente ao tipo de bem fornecido ou de serviço prestado.

§ 6º O valor da contribuição social sobre o lucro líquido, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota de um por cento, sobre o montante a ser pago.

§ 7º O valor da contribuição para a seguridade social COFINS, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota respectiva sobre o montante a ser pago.

§ 8º O valor da contribuição para o PIS/PASEP, a ser retido, será determinado mediante a aplicação da alíquota respectiva sobre o montante a ser pago.

Só a parcela da retenção referente ao IRRF pode compor o saldo negativo utilizado. Nesse sentido, § 3º do art. 64 acima transcrito dispõe que os valores de imposto e contribuições sociais retidos serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições. O § 4º do mesmo artigo diz que o valor retido correspondente ao imposto de renda somente poderá ser compensado com o que for devido em relação a esse imposto.

O art. 7º da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, esclarece que o valor do IRPJ e de cada contribuição a ser deduzido será determinado pelo contribuinte, mediante aplicação das alíquotas respectivas. Referida disposição é a seguir transcrita:

Art. 7º Os valores retidos na forma desta Instrução Normativa poderão ser deduzidos, pelo contribuinte, do valor do imposto e contribuições de mesma espécie devidos, relativamente a fatos geradores ocorridos a partir do mês da retenção.

Parágrafo único. O valor a ser deduzido, correspondente ao IRPJ e a cada espécie de contribuição social, será determinado pelo próprio contribuinte mediante a aplicação, sobre o valor do documento fiscal, da alíquota respectiva, constante das colunas 02, 03, 04 ou 05 da Tabela de Retenção (Anexo I).

De acordo com o Anexo I da IN SRF n.º 480, para a receita de código 6190, aplicam-se os seguintes percentuais:

IR	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	TOTAL
4,80%	1%	3%	0,65%	9,45%

Portanto, dos R\$ 30.624,68 retidos, só R\$ 15.555,39 podem ser deduzidos do IRPJ anual devido.

Os documentos trazidos pelo contribuinte não são hábeis para comprovar que a fonte pagadora informada no PER/DCOMP efetuou retenções em valor maior do que o aqui considerado. Na falta da confirmação das retenções em DIRF, o documento hábil para comprová-las, a ser apresentado pelo beneficiário dos pagamentos, é o previsto no art. 31 da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

Em que pesem os argumentos da recorrente no sentido de relacionar os valores constantes dos documentos que anexa aos montantes de crédito pleiteados, fato é que tais documentos não se prestam à comprovação pretendida, tampouco são suficientes para demonstrar inequivocamente a correspondência dos valores informados nos documentos com os valores alegados.

Tampouco há justificativa para a inexistência, no processo, de comprovante de retenção emitido pela fonte pagadora, único documento legalmente hábil para tal comprovação, nos dizeres do art. 988 do Decreto 9.580, de 22 de novembro de 2018, transcrito a seguir:

Art. 988. O imposto sobre a renda retido na fonte sobre quaisquer rendimentos ou ganhos de capital somente poderá ser compensado na declaração de pessoa física ou jurídica, quando for o caso, se o contribuinte possuir comprovante da retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora, ressalvado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 6º e no parágrafo único do art. 7º (Lei nº 7.450, de 1985, art. 55).

As retenções de código 6190 foram informadas como origem do crédito pela própria contribuinte na DCOMP. Os documentos anexados ao processo não se prestam às comprovações pretendidas, por derivarem de elaboração unilateral por parte da recorrente, e os valores ali informados não guardam coerência com os valores de créditos pleiteados. Por fim, a exigência, para comprovação, de comprovante de rendimentos emitido pela fonte pagadora, ao contrário de violar o princípio da verdade material, já que os demais documentos apresentados não se prestam a tal comprovação, deriva de expressa previsão legal.

Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Sérgio Abelson